



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM SUL DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental**

Parecer nº 191/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0031185/2021-41

| | | | | |
|---|---|---|--------------------|--------------------------------|
| Parecer Único de LAS/RAS nº Parecer nº 191/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021 | | | | |
| Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 31004965 | | | | |
| PA COPAM Nº: 2900/2021 | | SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento | | |
| EMPREENDEDOR: | SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE TRÊS PONTAS | CNPJ: | 25.269.069/0001-46 | |
| EMPREENDIMENTO: | SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE TRÊS PONTAS - ETE Pontalete | CNPJ: | 25.269.069/0001-46 | |
| MUNICÍPIO(S): | Três Pontas- MG | ZONA: | Rural | |
| COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): | LAT/Y: 21° 27' 4.394" | LONG/X: 45° 40' 9.919" | | |
| CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional. | | | | |
| CÓDIGO: | PARAMETRO: | ATIVIDADE PRINCIPAL DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17): | CLASSE | CRITÉRIO LOCACIONAL |
| E-03-06-9 | vazão média prevista - 1,5L/s, | Tratamento de esgoto sanitário | 2 | 0 |
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL | | | | |

| | | |
|---|---------------------------------------|------------|
| CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: | REGISTRO: | |
| Renato Martins Gouvea | CREA MG 208907/D ART MG20210290100 | |
| AUTORIA DO PARECER | MATRÍCULA | ASSINATURA |
| Shalimar da Silva Borges - Gestora Ambiental | 1.380.365-5 | |
| De acordo: Renata Fabiane Alves Dutra Diretora Regional de Regularização Ambiental | 1.372.419-0 | |



Documento assinado eletronicamente por **Shalimar da Silva Borges, Servidor(a) Público(a)**, em 21/06/2021, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Fabiane Alves Dutra, Diretor(a)**, em 21/06/2021, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **31004965** e o código CRC **ED17092E**.



Parecer Técnico de LAS/RAS nº 191/SEMAD/SUPRAM SUL - DRRA/2021

Em 14/06/2021, o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE TRÊS PONTAS, formalizou no Sistema de Licenciamento Ambiental eletrônico, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado de n. 2900/2021, visando a regularização da operação da estação de tratamento de esgoto sanitário – ETE.

O empreendimento está instalado na zona rural município de Três Pontas/MG e já possui AAF nº 03117/2017, PA nº 05985/2017/001/2017 a qual venceu em 23/05/2021 e o empreendimento opera desde 23/05/2017. Dessa forma o empreendimento foi autuado por operar sem a devida licença durante o interstício de tempo entre as licenças.

O Relatório Ambiental Simplificado (RAS) foi elaborado sob a responsabilidade do engenheiro ambiental Renato Martins Gouvea, CREA MG 208907/D, ART MG20210290100 registrada em 21/05/2021

Consta no processo certidão de regularidade de atividade quanto ao uso e ocupação do solo municipal emitida pelo município de Três Pontas em 27/05/2021 e o Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) nº 6815855.

Foi apresentado o Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR, e o imóvel não possui reserva legal demarcada. Porém a matrícula 22676 referente ao imóvel é datada de 22/08/2008 é originária da matrícula 17148, ambas são menores que um módulo fiscal.

Em consulta a plataforma do *Google Earth®* é possível verificar que a propriedade não continha vegetação nativa anterior a 22/07/2008. De acordo com a Lei 20922/2013, " Art. 40. Nos imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores a 20% (vinte por cento), a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente àquela data, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo." Portanto, o empreendimento não precisará recompor 20% da área total para delimitar como reserva legal.

Consta ainda um documento de doação ao SAAE de Três Pontas datado de 31/05/2021, em que a outorgante doadora a Sra. Nilda das Graças Campos Silva Alves, que adquiriu o espólio da falecida, a Sra. Sebastiana de Carvalho Campos, conforme a matrícula nº22676. Dessa forma vale ressaltar que o nome do proprietário no CAR apresentado deverá ser retificado.



Figura 01: Empreendimento e seu entorno. Fonte: IDE-Sisema.

A atividade do empreendimento objeto desta análise listada na Deliberação Normativa COPAM 217/2017 é: “ E-03-06-9 - Tratamento de esgoto sanitário”, com vazão média prevista de 1,5L/s, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo sido enquadrado como classe 2, em função da inexistência de critério locacional aplicável. O Art. 19 da DN COPAM nº 217/2017 estabelece que não será admitido o licenciamento ambiental na modalidade LAS/Cadastro para a atividade em tela, quando enquadrada na classe 2.

Em consulta a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema) foi possível observar que o empreendimento em questão situa-se dentro de Área de Segurança Aeroportuária, no entanto cabe ressaltar que foi informado que não há leito de secagem e que o lodo da ETE é destinado ao aterro sanitário da CTR em Nepomuceno.

Ainda assim fica determinado que o empreendimento empregue um conjunto de técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies- problema para a aviação de acordo com os Procedimentos Transitórios para emissão de Licença Ambiental de empreendimentos com potencial atrativo de fauna em ASA de aeródromo brasileiro até a publicação de Decreto Regulamentar da Lei 12725 de 16 de outubro de 2012, apresentando Termo de Compromisso assinado conforme estipulado por este mesmo procedimento.

Ainda em consulta a IDE foi possível observar que a área do empreendimento se localiza em área com baixo grau de potencialidade no que diz respeito a ocorrência de cavidades. Ainda, o empreendimento se localiza em zona de transição da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, no entanto o empreendimento já foi detentor de licença, logo não incide esse critério conforme Instrução de Serviço SISEMA nº 01/2018- Procedimentos para Aplicação da Deliberação Normativa Copam Nº 217/2017, item 2.6, pág. 10.

A área total do terreno é de 0,0435 há, área útil de 0,042ha e área construída de 0,02 ha. A ETE conta com dois funcionários, em 1 turno de 8h/dia durante 12 meses do ano.

A ETE é do tipo biológica por leito de contato anaeróbio, tanque de sedimentação e digestão (primário, secundário e terciário). O tratamento terciário é realizado por meio de cloração com hipoclorito de cálcio



a 65% e é composta pelas seguintes estruturas: caixa de areia; tanque de sedimentação; leito de contato anaeróbio; poço de recolhimento do lodo.

Foi informado no RAS que após tratamento o efluente da ETE é lançado em corpo d'água. Segundo o IGAM, o enquadramento da Represa de Furnas não foi elaborado e ainda precisa ser aprovado. Sendo assim, de acordo com o art. 42, capítulo VI, da resolução Conama Nº 357/2005 "Enquanto não aprovados os respectivos enquadramentos, as águas doces serão consideradas classe 2, as salinas e salobras classe 1, exceto se as condições de qualidade atuais forem melhores, o que determinará a aplicação da classe mais rigorosa correspondente." Portanto, como ainda não foi aprovado, a Represa de Furnas é considerada classe 2.

Foram apresentados laudos de análise de entrada e saída da ETE no período de 04/2018 a 12/2020, e todos os parâmetros analisados se encontram dentro dos valores permitidos pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01, de 05 de maio de 2008.

Foi informado que até o momento não foram realizadas análises na Represa de Furnas. Considerando que existem no entorno da ETE uma contribuição difusa expressiva pela ocupação do entorno da represa, além de outras contribuições a montante, a determinação de monitoramento do corpo d'água receptor não permitiria avaliar o impacto direto deste lançamento, o que torna inócuo qualquer monitoramento a ser determinado no âmbito desta licença.

Em relação aos resíduos sólidos gerados foi informado que: o lodo que se acumula no tanque de decantação e os resíduos retirados da fase de gradeamento ficam armazenados em uma caixa de fibra impermeável e posteriormente é destinado ao Aterro Sanitário CTR (Nepomuceno).

A limpeza da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) é realizada semanalmente com a retirada de material do decantado no desarenador e gradeamento (tratamento preliminar). Esse material é estocado em tambores até posterior descarte em aterro sanitário.

A limpeza da ETE é realizada de acordo com a necessidade e foi informado que em 2020, o SAAE adquiriu um caminhão para executar a limpeza. A estimativa da quantidade de lodo retirada no ano de 2021 (até o mês de maio) não supera 18000 litros.

A água para consumo humana é proveniente do SAAE.

É importante destacar os impactos positivos de uma ETE, principalmente no que diz respeito à melhoria das condições sanitárias do município, com reflexos sobre a qualidade de vida da população e redução na incidência de doenças de veiculação hídrica.

Este parecer técnico não autoriza qualquer intervenção ambiental em área de preservação permanente e/ou supressão de vegetação nativa.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendedor SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE TRÊS PONTAS e empreendimento "ETE Pontalete" para a atividade de "E-03-06-9 -0- Estação de tratamento de esgoto sanitário" no município de Três Pontas, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



ANEXO I

Condicionantes para LAS do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE TRÊS PONTAS

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo ^[1] |
|------|--|---------------------------------------|
| 01 | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II. | Durante a vigência da LAS. |
| 02 | Apresentar matrícula atualizada do imóvel onde conste a doação da área ao SAAE de Três Pontas. | 180 dias após a concessão da licença. |
| 03 | Apresentar recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR retificado onde conste o nome do SAAE de Três Pontas como proprietário. | 180 dias após a concessão da licença. |
| 04 | Apresentar Termo de Compromisso assinado conforme Anexo 2 dos Procedimentos Transitórios para emissão de Licença Ambiental de empreendimentos com potencial atrativo de fauna em ASA de aeródromo brasileiro até a publicação de Decreto Regulamentar da Lei 12725 de 16 de outubro de 2012. | 30 dias após a concessão da licença |

^[1] Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Sul de Minas face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da LAS do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) DE TRÊS PONTAS

1. Resíduos Sólidos

| Monitoramento | Prazo |
|--|--|
| Enviar SEMESTRALMENTE, por meio do Sistema MTR-MG, Declaração de Movimentação de Resíduos – DMR, conforme Art. 16 da DN COPAM nº 232/2019, que diz: I – Até o dia 28 de fevereiro de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de Julho a 31 de dezembro do ano anterior; e II – Até o dia 31 de Agosto de cada ano deverá ser enviada, via Sistema MTR-MG, a DMR abrangendo o período de 1º de Janeiro a 30 de Junho do ano em curso. | Durante a vigência da Licença Ambiental . |

2. Efluentes Líquidos

| Local de amostragem | Parâmetro | Frequência de Análise |
|---|---|-----------------------|
| Na entrada e na saída da ETE ⁽¹⁾ | Vazão média mensal, DBO, DQO, pH, óleos e graxas, sólidos sedimentáveis, sólidos em suspensão totais. | <u>Trimestral</u> |

⁽¹⁾ O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

⁽²⁾ Para as amostragens feitas no corpo hídrico receptor, apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento.

Relatórios: Enviar anualmente à Supram Sul de Minas, **até o dia 10 do mês subsequente ao aniversário da licença ambiental**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Os locais de amostragem para monitoramento da ETE - Entrada da ETE (efluente bruto): antes do gradeamento. Saída da ETE (efluente tratado): após reator UASB.



Para verificação das condições sanitárias e ambientais do corpo de água que recebe os efluentes da ETE, o corpo receptor deverá ser monitorado a montante e a jusante dos lançamentos, informando as coordenadas geográficas dos pontos de coleta.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.